



Publicado no DOM/ DM  
Em 04/11/2021

## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### **DECRETO NORMATIVO Nº 3.902/2021**

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2018 – VERSÃO 03, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/1993, Nº 10.520/2002 E Nº 4.320/1964, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS.**

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando as exigências contidas nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal; no parágrafo único do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigos 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual; Lei Municipal Nº 2.391/2012; e nos termos da Resolução Nº 227/2011, alterada pela Resolução Nº 257/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovada a **Instrução Normativa do SFI – Sistema Financeiro nº 006/2018 – versão 03**, que segue anexa como parte integrante deste Decreto.

*Parágrafo Único.* A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre diretrizes e orientações gerais para a implementação e adequação da estrutura de controles administrativos relacionadas a **Ordem Cronológica de Pagamentos**, regidas pelas Lei Federais nº 8.666/93, nº 10.520/02 e nº 4.320/64, no âmbito do Poder Executivo do município de Domingos Martins.



## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

**Estado do Espírito Santo**

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br) – [gabinete@domingosmartins.es.gov.br](mailto:gabinete@domingosmartins.es.gov.br)

**Art. 2º** Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Normativo nº 3.869/2021, de 17/09/2021.

Domingos Martins – ES, 03 de novembro de 2021.

  
**WANZETE KRUGER**  
**Prefeito**



## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

### Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI – SISTEMA FINANCEIRO Nº 006/2018 – VERSÃO 03**

Dispõe sobre os critérios para a definição da Ordem Cronológica das obrigações financeiras regidas pelas Leis Federais nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/1964, no âmbito da Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

**Versão:** 03

**Data de Aprovação:** 03/11/2021

**Ato de Aprovação:** Decreto Normativo nº 3.902/2021

**Unidade Responsável:** Secretaria Municipal da Fazenda

#### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e orientações gerais para a implementação e adequação da estrutura de controles administrativos relacionados a Ordem Cronológica de Pagamentos, regidas pelas Lei Federais nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/1964, no âmbito do Poder Executivo do município de Domingos Martins.

#### **CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º** Abrange todas as Secretarias, no âmbito da Prefeitura Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde do município de Domingos Martins.

#### **CAPÍTULO III DOS CONCEITOS**

**Art. 3º** Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

**I – Liquidação:** consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os

## INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 006/2018 – VERSÃO 03

títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

**II – Ordem Cronológica de Pagamentos:** conjunto de procedimentos que abrangem os controles de administração financeira, contabilidade, aquisições e gestão de contratos e atividades correlacionadas, com o objetivo de assegurar que as obrigações financeiras relativas a fornecedores sejam pagas em ordem cronológica em observância as legislações vigentes;

**III – Obrigação financeira:** toda obrigação de pagamento relativa ao fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, assumida em função de contrato ou qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e fornecedores, seja qual for a denominação utilizada, regidos pela Lei federal nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/1964;

**IV – Pagamento:** é o último estágio da realização da despesa. Consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa;

**V – Serviços:** toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnicos e profissionais;

**VI – Obras:** toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

**VII – Fornecimento de bens:** toda aquisição remunerada de bens para entrega de uma só vez ou parceladamente;

**VIII – Locações:** contrato pelo qual uma das partes (locador) se obriga a ceder à outra (locatário), por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição;

**IX – Nota Fiscal:** é o documento emitido com o intuito de documentar, para fins fiscais, circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes.

### CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL

**Art. 4º** A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações e normas:

I – Lei Federal nº 4.320/1964;

II – Lei Federal nº 8.666/1993;

III – Lei Federal nº 10.520/2002;

IV – Lei Federal nº 12.527/2011;

V – Instrução Normativa MPOG nº 2/2016;

VI – Constituição Federal de 1988.



## INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 006/2018 – VERSÃO 03

### CAPÍTULO V DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

**Art. 5º** O pagamento das despesas orçamentárias deverá respeitar a ordem cronológica e os prazos definidos nesta Instrução Normativa dispostos **por Unidade Gestora** e abrangerá as despesas referentes a fornecimento de bens, locações, prestações de serviços e obras.

**Parágrafo único.** Os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não serão abrangidos por este normativo.

**Art. 6º** O ingresso da despesa na lista de ordem cronológica será firmado na data de emissão da Nota de Liquidação em sistema informatizado, de acordo com o artigo da Lei nº. 4.320/1964.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á ocorrida a efetiva liquidação contábil, quando a mesma for lançada no Sistema pela Gerência de Contabilidade, após a recepção do processo de pagamento devidamente instruído, neste setor, com a devida indicação do recebimento regular do material ou serviço pelo Fiscal por meio do ateste da Nota Fiscal correspondente.

**Art. 7º** Os pagamentos das obrigações decorrentes do fornecimento de bens, locações, obras e prestação de serviços serão liquidados e pagos estritamente em **Ordem Cronológica de vencimento das liquidações, sendo diferenciados e classificados por fonte recurso** conforme artigo 5º, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**§ 1º** A listagem das liquidações realizadas será consultada diariamente pela Gerência de Tesouraria para a efetivação dos pagamentos em estrita obediência a ordem estabelecida inicialmente no setor de contabilidade.

**§ 2º** Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio.

**Art. 8º** O pagamento da obrigação deverá obedecer a cronologia, e ocorrer nos prazos estabelecidos no § 3º do artigo 5º e na alínea a, inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

**§ 1º** Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, os prazos previstos nos artigos da Lei 8.666/1993 citados no *caput* deste artigo serão suspensos até a regularização, mediante prévia justificativa no processo.

**§ 2º** Regularizada a situação do contratado, este será reposicionado na ordem cronológica de acordo com o prazo de pagamento remanescente, conforme os artigos da Lei 8.666/1993 citados no *caput* deste artigo.

**§ 3º** É vedado o pagamento parcial do crédito, devendo os recursos disponíveis serem utilizados para solver a Nota Fiscal que esteja na ordem de classificação, por completo, exceto



## INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 006/2018 – VERSÃO 03

se não houver disponibilidade financeira, a qual determinará a permanência do saldo remanescente na mesma ordem de classificação.

**Art. 9º** A quebra da ordem cronológica de pagamento somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- I – grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II – relevantes razões de interesse público;
- III – ausência de recursos na fonte de receita indicada para suprir a despesa.

§ 1º Todas as situações previstas nos incisos anteriores devem ser previamente justificadas em ato emanado do Secretário da pasta, realizado por meio de despacho formal contendo a assinatura do mesmo e do Prefeito. O documento deverá compor o processo e será anexado a lista que divulga a ordem cronológica de pagamentos, quando de sua publicação em meios oficiais.

§ 2º Quando a situação de quebra da ordem já for de conhecimento da Secretaria antes do envio para pagamento, que a justificativa já venha em anexo à liquidação, por meio de despacho. Caso, a situação seja verificada na própria Gerência de Tesouraria, após a chegada do processo, o mesmo deverá ser retornado para a Secretaria para a emissão do despacho que autorize a quebra.

## CAPÍTULO VI DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

**Art. 10** A divulgação da lista referente a ordem cronológica de pagamentos, a qualquer tempo, conterá, no mínimo:

- I – grupo de fonte de recurso;
- II – código de especificação das fontes de recursos;
- III – data da liquidação;
- IV – data do vencimento da liquidação;
- V – data do pagamento;
- VI – nome e CPF/ CNPJ do credor;
- VII – valor;
- VIII – informação acerca de eventual quebra da ordem cronológica, e sua justificativa;
- IX – prazo e motivo da suspensão temporária dos pagamentos constantes na lista, quando houver.

**Art. 11** Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, o órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica no Portal da Transparência da Prefeitura de Domingos Martins, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual quebra da ordem.



## INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 006/2018 – VERSÃO 03

### CAPÍTULO VII DAS EXCEÇÕES

**Art. 12** Não se sujeitarão a esta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

- I – suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- II – remuneração e outras verbas devidas a agente públicos, inclusive as de natureza indenizatória;
- III – remuneração e outras verbas devidas a agente públicos, como diárias, ajudas de custo, pensão vitalícia e indenização de acidentes de trabalho;
- IV – concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel;
- V – obrigações tributárias, patronais e previdenciárias;
- VI – necessários para dar cumprimento à ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas e taxas de entidades governamentais;
- VII – repasses referentes a Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Convênios firmados com entidades sem fins lucrativos ou subvenções sociais e econômicas;
- VIII – Pagamentos de benefícios eventuais, tais como auxílio moradia, auxílio financeiro a atletas, auxílio financeiro aos estudantes, auxílio natalidade, auxílio funeral, entre outros.
- IX – transferências que se fundamentam no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- X – devolução de tributos municipais;
- XI – devoluções de transferências voluntárias;
- XII – repasses ao Poder Legislativo, Regime Próprio de Previdência Social, ou entidades da administração indireta;
- XIII – pagamento da dívida fundada;
- XIV – auxílio transporte e auxílio alimentação
- XV – despesas provenientes de créditos extraordinários e extra-orçamentários;
- XVI – folha de Pagamento dos servidores, seus encargos, consignações e bolsas de estágio;
- XVII – premiações diversas.

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 13** Os titulares integrantes da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e a zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa .

**Art. 14** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente à imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 15** A Controladoria Interna poderá, por meio de Auditoria ou Fiscalização, avaliar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal da Fazenda, para o fiel cumprimento das disposições deste normativo.



## INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 006/2018 – VERSÃO 03

**Art. 16** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores operacionais práticos, legais ou técnicos, assim o exigirem, a fim de manter o processo otimizado.

**Art. 17** Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins – ES, 03 de novembro de 2021.



**Wanzete Kruger**  
Prefeito Municipal



**Márcia d'Assumpção**  
Controladora Interna



**Franva Antônio Silva Cardoso**  
Secretária Municipal da Fazenda



2020	CALIMAN POÇOS ARTESIANOS LTDA	10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17	512	2.480,00
2020	ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	16200000 - CONTRIB. PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	25	752	0,01
2020	JEFERSON NUNES DA COSTA 37958860749	10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	04	122	3.750,00
2020	MOURA COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI	10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	04	122	9.880,00
2020	PREVENÇÃO E MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA - EPP	10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	08	122	130,00
2020	SOU FELIZ ORGANIZAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO	13110004 - RECURSO DO FNAS - BL PSE	08	241	224,69
2020	WALDEMAR FALLER	10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26	122	564,88
	Total				18.673,03

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Domingos Martins - ES, 23 de setembro de 2021.

**WANZETE KRUGER**  
Prefeito

**Protocolo 741406**

### DECRETO NORMATIVO Nº 3.902/2021

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2018 – VERSÃO 03, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/1993, Nº 10.520/2002 E Nº 4.320/1964, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS.**

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando as exigências contidas nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal; no parágrafo único do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigos 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual; Lei Municipal Nº 2.391/2012; e nos termos da Resolução Nº 227/2011, alterada pela Resolução Nº 257/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovada a **Instrução Normativa do SFI – Sistema Financeiro nº 006/2018 - versão 03**, que segue anexa como parte integrante deste Decreto.

*Parágrafo Único.* A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre diretrizes e orientações gerais para a implementação e adequação da estrutura de controles administrativos relacionadas a **Ordem Cronológica de Pagamentos**, regidas pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520/02 e nº 4.320/64, no âmbito do Poder Executivo do município de Domingos Martins.

**Art. 2º** Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de

sua publicação, revogando o Decreto Normativo nº 3.869/2021, de 17/09/2021.

Domingos Martins - ES, 03 de novembro de 2021.

**WANZETE KRUGER**  
Prefeito

### INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - SISTEMA FINANCEIRO Nº 006-2018 - VERSÃO 03

Dispõe sobre os critérios para a definição da Ordem Cronológica das obrigações financeiras regidas pelas Leis Federais nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/1964, no âmbito da Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

**Versão:** 03

**Data de Aprovação:** 03/11/2021

**Ato de Aprovação:** Decreto Normativo nº 3.092/2021

**Unidade Responsável:** Secretaria Municipal da Fazenda

#### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e orientações gerais para a implementação e adequação da estrutura de controles administrativos relacionados a Ordem Cronológica de Pagamentos, regidas pelas Leis Federais nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/1964, no âmbito do Poder Executivo do município de Domingos Martins.

#### CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

**Art. 2º** Abrange todas as Secretarias, no âmbito da Prefeitura Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde do município de Domingos Martins.

[www.amunes.es.gov.br](http://www.amunes.es.gov.br)



### CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

**Art. 3º** Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

**I - Liquidação:** consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

**II - Ordem Cronológica de Pagamentos:** conjunto de procedimentos que abrangem os controles de administração financeira, contabilidade, aquisições e gestão de contratos e atividades correlacionadas, com o objetivo de assegurar que as obrigações financeiras relativas a fornecedores sejam pagas em ordem cronológica em observância às legislações vigentes;

**III - Obrigação financeira:** toda obrigação de pagamento relativa ao fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, assumida em função de contrato ou qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e fornecedores, seja qual for a denominação utilizada, regidos pela Lei federal nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/1964;

**IV - Pagamento:** é o último estágio da realização da despesa. Consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa;

**V - Serviços:** toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnicos e profissionais;

**VI - Obras:** toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

**VII - Fornecimento de bens:** toda aquisição remunerada de bens para entrega de uma só vez ou parceladamente;

**VIII - Locações:** contrato pelo qual uma das partes (locador) se obriga a ceder à outra (locatário), por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição;

**IX - Nota Fiscal:** é o documento emitido com o intuito de documentar, para fins fiscais, circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes.

### CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL

**Art. 4º** A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações e normas:

- I** - Lei Federal nº 4.320/1964;
- II** - Lei Federal nº 8.666/1993;
- III** - Lei Federal nº 10.520/2002;
- IV** - Lei Federal nº 12.527/2011;
- V** - Instrução Normativa MPOG nº 2/2016;
- VI** - Constituição Federal de 1988.

### CAPÍTULO V DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

**Art. 5º** O pagamento das despesas orçamentárias deverá respeitar a ordem cronológica e os prazos

definidos nesta Instrução Normativa dispostos por **Unidade Gestora** e abrangerá as despesas referentes a fornecimento de bens, locações, prestações de serviços e obras.

**Parágrafo único.** Os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não serão abrangidos por este normativo.

**Art. 6º** O ingresso da despesa na lista de ordem cronológica será firmado na data de emissão da Nota de Liquidação em sistema informatizado, de acordo com o artigo da Lei nº. 4.320/1964.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á ocorrida a efetiva liquidação contábil, quando a mesma for lançada no Sistema pela Gerência de Contabilidade, após a recepção do processo de pagamento devidamente instruído, neste setor, com a devida indicação do recebimento regular do material ou serviço pelo Fiscal por meio do ateste da Nota Fiscal correspondente.

**Art. 7º** Os pagamentos das obrigações decorrentes do fornecimento de bens, locações, obras e prestação de serviços serão liquidados e pagos estritamente em **Ordem Cronológica de vencimento das liquidações, sendo diferenciados e classificados por fonte recurso** conforme artigo 5º, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**§ 1º** A listagem das liquidações realizadas será consultada diariamente pela Gerência de Tesouraria para a efetivação dos pagamentos em estrita obediência a ordem estabelecida inicialmente no setor de contabilidade.

**§ 2º** Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio.

**Art. 8º** O pagamento da obrigação deverá obedecer a cronologia, e ocorrer nos prazos estabelecidos no § 3º do artigo 5º e na alínea a, inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

**§ 1º** Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, os prazos previstos nos artigos da Lei 8.666/1993 citados no caput deste artigo serão suspensos até a regularização, mediante prévia justificativa no processo.

**§ 2º** Regularizada a situação do contratado, este será reposicionado na ordem cronológica de acordo com o prazo de pagamento remanescente, conforme os artigos da Lei 8.666/1993 citados no caput deste artigo.

**§ 3º** É vedado o pagamento parcial do crédito, devendo os recursos disponíveis serem utilizados para solver a Nota Fiscal que esteja na ordem de classificação, por completo, exceto se não houver disponibilidade financeira, a qual determinará a permanência do saldo remanescente na mesma ordem de classificação.

**Art. 9º** A quebra da ordem cronológica de pagamento somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:



- I** - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II** - relevantes razões de interesse público;
- III** - ausência de recursos na fonte de receita indicada para suprir a despesa.

**§ 1º** Todas as situações previstas nos incisos anteriores devem ser previamente justificadas em ato emanado do Secretário da pasta, realizado por meio de despacho formal contendo a assinatura do mesmo e do Prefeito. O documento deverá compor o processo e será anexado a lista que divulga a ordem cronológica de pagamentos, quando de sua publicação em meios oficiais.

**§ 2º** Quando a situação de quebra da ordem já for de conhecimento da Secretaria antes do envio para pagamento, que a justificativa já venha em anexo à liquidação, por meio de despacho. Caso, a situação seja verificada na própria Gerência de Tesouraria, após a chegada do processo, o mesmo deverá ser retornado para a Secretaria para a emissão do despacho que autorize a quebra.

## **CAPÍTULO VI DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

**Art. 10** A divulgação da lista referente a ordem cronológica de pagamentos, a qualquer tempo, conterà, no mínimo:

- I** - grupo de fonte de recurso;
- II** - código de especificação das fontes de recursos;
- III** - data da liquidação;
- IV** - data do vencimento da liquidação;
- V** - data do pagamento;
- VI** - nome e CPF/ CNPJ do credor;
- VII** - valor;
- VIII** - informação acerca de eventual quebra da ordem cronológica, e sua justificativa;
- IX** - prazo e motivo da suspensão temporária dos pagamentos constantes na lista, quando houver.

**Art. 11** Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, o órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica no Portal da Transparência da Prefeitura de Domingos Martins, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual quebra da ordem.

## **CAPÍTULO VII DAS EXCEÇÕES**

**Art. 12** Não se sujeitarão a esta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

- I** - suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- II** - remuneração e outras verbas devidas a agente públicos, inclusive as de natureza indenizatória;
- III** - remuneração e outras verbas devidas a agente públicos, como diárias, ajudas de custo, pensão vitalícia e indenização de acidentes de trabalho;
- IV** - concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel;
- V** - obrigações tributárias, patronais e previdenciárias;
- VI** - necessários para dar cumprimento à ordem

judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas e taxas de entidades governamentais;

**VII** - repasses referentes a Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Convênios firmados com entidades sem fins lucrativos ou subvenções sociais e econômicas;

**VIII** - Pagamentos de benefícios eventuais, tais como auxílio moradia, auxílio financeiro a atletas, auxílio financeiro aos estudantes, auxílio natalidade, auxílio funeral, entre outros.

**IX** - transferências que se fundamentam no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

**X** - devolução de tributos municipais;

**XI** - devoluções de transferências voluntárias;

**XII** - repasses ao Poder Legislativo, Regime Próprio de Previdência Social, ou entidades da administração indireta;

**XIII** - pagamento da dívida fundada;

**XIV** - auxílio transporte e auxílio alimentação

**XV** - despesas provenientes de créditos extraordinários e extra-orçamentários;

**XVI** - folha de Pagamento dos servidores, seus encargos, consignações e bolsas de estágio;

**XVII** - premiações diversas.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13** Os titulares integrantes da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e a zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa .

**Art. 14** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente à imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 15** A Controladoria Interna poderá, por meio de Auditoria ou Fiscalização, avaliar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal da Fazenda, para o fiel cumprimento das disposições deste normativo.

**Art. 16** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores operacionais práticos, legais ou técnicos, assim o exigirem, a fim de manter o processo otimizado.

**Art. 17** Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins – ES, 03 de novembro de 2021.

**Wanzete Kruger**  
Prefeito Municipal

**Márcia d'Assumpção**  
Controladora Interna

**Franva Antônio Silva Cardoso**  
Secretária Municipal da Fazenda

**Protocolo 741717**

**www.amunes.es.gov.br**



